

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 01/2026
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO E LAZER

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este documento apresenta o Estudo Técnico Preliminar referente à necessidade de assegurar a viabilidade técnica e embasar o Termo de Referência, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para ministrar aulas de Futebol de Salão, Futebol de Campo e Voleibol, destinadas a crianças, adolescentes e adultos.

1.2. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para descrever o processo a ser contratado sob as normas vigentes da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, observando as regulamentações aplicáveis em âmbito municipal por meio do Decreto Municipal nº 1.541, de 29 de dezembro de 2023.

1.3. O objeto a ser contratado enquadra-se como serviço comum de que trata o art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o art. 4º, §1º, do Decreto Municipal nº 1.541/2023, que regulamenta a referida lei no Município de Comendador Gomes/MG, por possuir padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais de mercado.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. O Município de Comendador Gomes/MG identificou a necessidade de implementar e fortalecer ações voltadas ao desenvolvimento esportivo local, com foco na oferta de aulas regulares de futebol de salão, futebol de campo e voleibol. Tais atividades se inserem no contexto de políticas públicas voltadas à promoção da saúde, inclusão social, formação cidadã e estímulo ao convívio comunitário, especialmente entre crianças, adolescentes e jovens.

2.2. Para viabilizar a execução dessas atividades esportivas, será necessário contratar empresas especializadas nas referidas modalidades, as quais ficarão responsáveis por planejar e ministrar as aulas de forma contínua, conforme diretrizes estabelecidas pela Administração Pública. A escolha pelo instrumento de credenciamento, conforme disposto no art. 79 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela natureza do objeto e pela necessidade de contratação de múltiplos prestadores de serviços, sem exclusividade, garantindo ampla participação, economicidade, flexibilidade operacional e adequada cobertura territorial.

2.3. A estruturação do credenciamento permitirá à Administração formar um cadastro de empresas previamente habilitadas, que serão convocadas conforme a demanda dos projetos esportivos a serem executados. Tal solução assegura a observância dos princípios da isonomia, impessoalidade, eficiência e vantajosidade, ao mesmo tempo em que valoriza os recursos locais, fomenta o desenvolvimento regional e promove maior qualidade na prestação dos serviços.

2.4. Dessa forma, o credenciamento de empresas especializadas em aulas de futebol de salão, futebol de campo e voleibol configura-se como a medida mais eficiente e adequada para garantir a implementação efetiva das atividades planejadas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, o fortalecimento das ações intersetoriais entre educação, esporte e assistência social, e o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens no Município de Comendador Gomes/MG.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1. Informa-se que, até a presente data, o Plano de Contratações Anual (PCA) referente ao exercício de 2026 ainda não foi formalizado, razão pela qual a presente demanda não consta no referido instrumento de planejamento.

3.2. Contudo, a contratação por meio de credenciamento mostra-se plenamente viável e alinhada ao interesse público, tendo em vista sua natureza contínua e a necessidade de pronta execução das atividades esportivas previstas pela Administração Municipal.

3.3. Importa destacar que a ausência de previsão no PCA não implica ausência de planejamento ou irregularidade, uma vez que existe dotação orçamentária específica para a realização da presente

contratação, em conformidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Plano Plurianual (PPA) do Município. Assim, estão resguardados os princípios da legalidade, planejamento e responsabilidade fiscal, previstos na Lei nº 4.320/64, na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e na própria Lei nº 14.133/2021.

3.4. Diante disso, a contratação por credenciamento é juridicamente possível, tecnicamente adequada e financeiramente viável, configurando-se como instrumento legítimo e útil para a concretização das políticas públicas voltadas à promoção do esporte, da saúde e da inclusão social no Município de Comendador Gomes/MG.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO, DO PROCEDIMENTO AUXILIAR E DEMAIS QUESITOS

4.1. A interessada deverá apresentar proposta e habilitação compatíveis com as exigências legais para contratação do objeto desta demanda, conforme documentos indicados a seguir:

4.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA:

- Documentos de identificação do representante legal da empresa;
- Cópia do Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Estatuto/Contrato Social, nos quais estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações;
- Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), quando couber;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da CLT.

4.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- Certidão Negativa de Falência e Concordata emitida pelo Poder Judiciário da sede da interessada, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão.

4.2. Demais condições estarão previstas no Termo de Referência e no Edital de Credenciamento.

5. OBRIGAÇÕES E CONDIÇÕES DE PRAZO E EXECUÇÃO

5.1. Para a prestação dos serviços solicitados, a interessada deverá ser comprovadamente pessoa jurídica atuante no ramo das atividades objeto desta contratação, bem como deverá apresentar os documentos previstos no art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. As credenciadas deverão assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços contratados.

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000



5.3. É vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto do credenciamento.

5.4. Ficará sob a responsabilidade da credenciada a totalidade dos meios necessários à execução dos serviços, cabendo à Administração tão somente a disponibilização dos espaços esportivos e a divulgação dos horários e datas aos beneficiários.

5.5. Os serviços deverão ser realizados conforme cronograma de aulas emitido pela Secretaria Municipal requisitante, respeitando a periodicidade prevista por modalidade.

5.6. Os serviços serão realizados nas seguintes periodicidades:

- Futebol de Salão: cinco dias na semana;
- Futebol de Campo: duas vezes na semana;
- Voleibol: duas vezes na semana.

5.7. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.8. Condições e obrigações específicas adicionais constarão do Termo de Referência e do instrumento contratual.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1. A estimativa das quantidades foi elaborada com base no levantamento das necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer, considerando a demanda atual e prevista para a oferta de aulas esportivas no Município.

6.2. Foram observados critérios como a quantidade de turmas previstas, a disponibilidade de espaços esportivos, a carga horária semanal estimada por modalidade e a abrangência territorial das atividades, de modo a assegurar a efetividade das ações planejadas.

6.3. O quadro demonstrativo das quantidades estimadas é o seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO / MODALIDADE	QTD	UND	VALOR UNIT. (R\$)
1	Treinador de Futebol de Campo – 2 dias na semana, com duração de 4:00hrs por dia – totalizando 8hrs semanais.	12	Meses	R\$2.359,37
2	Treinador de Futebol de Salão – treino infantil: - 5 dias na semana, com duração de 2:10hrs por dia – total de horas: 10:50hrs; Treino adulto – 2 vezes na semana, com duração de 2:20hrs por dia – total de horas: 4:40hrs – totalizando 15:30hrs semanais.	12	Meses	R\$2.396,74
3	Treinador de Voleibol – 2 vezes na semana, com duração de 2:30hrs -totalizando 5hrs semanais.	12	Meses	R\$2.373,77

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1. Considerando a crescente demanda por serviços voltados à oferta de aulas esportivas no Município de Comendador Gomes/MG, realizou-se levantamento de mercado com o objetivo de identificar a disponibilidade de empresas especializadas, os valores praticados e a capacidade técnica local para atendimento à demanda.

7.2. Verificou-se, por meio de escuta da comunidade e análise das políticas públicas em execução, que a população demonstra elevado interesse pela prática de atividades esportivas regulares,

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000



reconhecendo seus benefícios à saúde, à socialização e ao desenvolvimento físico e psicossocial, especialmente entre crianças, adolescentes e jovens.

7.3. Dentre as soluções analisadas, a adoção do instrumento de credenciamento mostrou-se a alternativa mais eficiente e compatível com a realidade local. A opção pelo credenciamento, em detrimento do pregão eletrônico, justifica-se pela inviabilidade de competição entre os prestadores: todos os que atenderem aos requisitos de habilitação serão contratados simultaneamente, sem exclusividade, e os preços são fixados pela própria Administração — o que afasta a lógica competitiva inerente ao pregão, que pressupõe seleção de uma única proposta vencedora. Tal entendimento encontra suporte no art. 79 da Lei nº 14.133/2021 e nas orientações dos Tribunais de Contas quanto à utilização do credenciamento para serviços de natureza contínua e prestação não exclusiva.

7.4. O modelo de credenciamento traz benefícios diretos à Administração Pública, dentre os quais se destacam:

- Diversificação da oferta: possibilita a participação de diversas empresas qualificadas, permitindo variedade de horários, metodologias e níveis de atendimento;
- Flexibilidade operacional: permite à Administração ajustar, conforme a demanda e disponibilidade orçamentária, a quantidade de aulas, empresas e locais de atendimento, sem necessidade de novo procedimento;
- Economicidade: os preços são fixados pela Administração com base em pesquisa de mercado, assegurando razoabilidade e compatibilidade com os valores praticados na região;
- Fomento ao desenvolvimento local: ao credenciar empresas sediadas no Município ou na região, promove-se a geração de renda e a valorização da mão de obra especializada.

7.5. Dessa forma, o credenciamento revela-se como a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para a execução dos serviços pretendidos, garantindo à Administração Pública a plena realização dos objetivos institucionais no campo do esporte, saúde e inclusão social, com qualidade técnica, economicidade e legalidade.

8. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Com base nas pesquisas de preços realizadas pelo Município de Comendador Gomes/MG, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, foram obtidos os parâmetros de mercado para a estimativa de custo da futura contratação por credenciamento, conforme relatório de pesquisa de preços autuado no processo.

8.2. A estimativa considera os valores praticados no mercado local e regional para a ministração de aulas esportivas, levando em conta a carga horária prevista por modalidade e a periodicidade das atividades. A composição de custos foi elaborada com base no valor mensal por modalidade, conforme demonstrado no quadro do item 6.3.

8.3. Os valores mensais estimados por modalidade são:

- Treinador de Futebol de Salão: R\$ 2.396,74/mês × 12 meses = R\$ 28.760,88;
- Treinador de Futebol de Campo: R\$ 2.359,37/mês × 12 meses = R\$ 28.312,44;
- Treinador de Voleibol: R\$ 2.373,77/mês × 12 meses = R\$ 28.485,24.

8.4. Dessa forma, estima-se que o valor global da contratação seja de até **R\$85.558,56(oitenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos)**, valor este que representa o teto máximo a ser pago pela Administração Pública, conforme os parâmetros obtidos nas cotações realizadas, assegurando economicidade, razoabilidade e compatibilidade com os preços praticados no mercado.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A solução proposta consiste na adoção do instrumento de credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, o qual permite a habilitação de múltiplas empresas especializadas para a

prestação dos serviços, sem exclusividade. Esse modelo proporciona à Administração flexibilidade para convocar as credenciadas conforme a demanda, garantindo maior alcance, diversidade de horários e modalidades, e assegurando a continuidade e a qualidade das atividades esportivas ofertadas à comunidade.

9.2. O processo de credenciamento será conduzido com base em critérios técnicos previamente definidos, com exigência de comprovação de regularidade jurídica, fiscal e capacidade econômico-financeira, assegurando que apenas prestadores devidamente aptos sejam credenciados, em conformidade com os princípios da eficiência, isonomia e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

9.3. Além de atender aos objetivos sociais e esportivos da Administração, o credenciamento de empresas especializadas locais também fomentará o desenvolvimento econômico regional, ao gerar oportunidades de trabalho, fortalecer a economia local e incentivar o empreendedorismo no setor de serviços esportivos.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DO OBJETO

10.1. O parcelamento da contratação, nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela divisibilidade técnica do objeto: cada modalidade esportiva — futebol de salão, futebol de campo e voleibol — constitui serviço autônomo, com carga horária, periodicidade e especificidades técnicas próprias, podendo ser executadas de forma independente por empresas distintas.

10.2. O parcelamento por modalidade amplia a competitividade do certame, permitindo a participação de empresas especializadas em cada uma das modalidades, sem comprometer a qualidade ou a economicidade da contratação. Não há, no caso concreto, perda de economia de escala decorrente do parcelamento, uma vez que os serviços são executados em locais e horários distintos.

10.3. Dessa forma, o parcelamento é tecnicamente viável, economicamente vantajoso e alinhado ao interesse público, na forma do art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

11. IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS (ART. 18, X, DA LEI Nº 14.133/2021)

11.1. Em atendimento ao art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, foram identificados os principais riscos associados à presente contratação, bem como as respectivas medidas mitigadoras, conforme quadro a seguir:

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	MEDIDA MITIGADORA
Ausência de interessados qualificados no mercado local	Baixa	Ampla divulgação do edital de credenciamento; prazo de inscrição adequado; possibilidade de credenciamento permanente
Desistência do credenciado durante a execução contratual	Média	Exigência de aviso prévio de 30 dias; previsão contratual de substituição ágil; manutenção de cadastro de reserva de credenciados
Execução de serviços em desconformidade com o cronograma	Média	Fiscalização sistemática pelo fiscal do contrato; exigência de relatórios mensais de execução; glosa proporcional por aulas não ministradas
Lesões a alunos durante a prática esportiva	Baixa	Responsabilidade civil atribuída contratualmente à credenciada; uso exclusivo de espaços públicos em condições adequadas de segurança
Preços superiores aos praticados no mercado	Baixa	Pesquisa de preços realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021; preços fixados pela Administração como teto máximo

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000

12.1. A adoção do instrumento de credenciamento para contratação de empresas especializadas na ministração de aulas de futebol de salão, futebol de campo e voleibol tem como finalidade alcançar resultados concretos e positivos no âmbito esportivo, social e econômico, contribuindo significativamente para o bem-estar da população e a valorização do esporte como política pública.

12.2. Com a habilitação de múltiplas empresas, espera-se ampliar o acesso da população às atividades esportivas, com diversificação de horários e locais, promovendo saúde, qualidade de vida e integração social. As atividades regulares permitirão o desenvolvimento contínuo das habilidades esportivas dos participantes, favorecendo o surgimento de talentos locais.

12.3. No âmbito econômico, o projeto prioriza a contratação de empresas locais, incentivando a geração de empregos e a movimentação da economia regional. No que se refere à sustentabilidade, o credenciamento permite uma estrutura de atendimento contínuo e flexível, ajustável conforme a demanda e a disponibilidade orçamentária.

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO E DO PROCEDIMENTO AUXILIAR

13.1. O setor responsável pelo planejamento e pela fiscalização da contratação deverá acompanhar rigorosamente a execução dos serviços durante toda a vigência contratual, observando o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas empresas credenciadas.

13.2. Antes do início da execução contratual, deverá ser verificado se os espaços físicos destinados à realização das aulas são adequados e compatíveis com as atividades previstas, considerando a segurança, acessibilidade e infraestrutura necessária.

13.3. Antes da assinatura do contrato, deverão ser observadas as providências formais previstas na legislação vigente, incluindo: elaboração e aprovação do Termo de Referência; elaboração da minuta contratual pela assessoria jurídica competente; e publicação dos atos pertinentes.

13.4. As empresas credenciadas deverão ser formalmente cientificadas quanto às penalidades previstas contratualmente em caso de inadimplemento parcial ou total das obrigações assumidas, conforme disposições legais e contratuais.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

14.1. Haverá contratações correlatas relativas à aquisição de materiais esportivos para atender às demandas municipais, bem como às oficinas a serem realizadas com as empresas contratadas.

15. IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. Não se aplica ao presente caso concreto, tendo em vista tratar-se de serviços a serem realizados em espaços já existentes, sem alteração da estrutura física ou geração de resíduos significativos.

16. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

16.1. A equipe técnica responsável pela elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, em conjunto com o Secretário Municipal de Esporte, Turismo e Lazer, declara a VIABILIDADE da contratação dos serviços, com base nos elementos expostos neste documento, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 1.541, de 29 de dezembro de 2023.

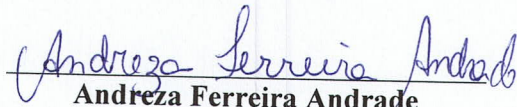
17. ANEXOS

17.1. DFD nº 12052026 e Relatório de Pesquisa de Preços (Estimativa de Preços).

18. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP

18.1. Fazem parte deste documento a Equipe Técnica composta pela servidora municipal Andreza Ferreira Andrade, devidamente autorizada pela Secretária Municipal de Esporte, Turismo e Lazer a realizar os procedimentos cabíveis para planejar e organizar as contratações.

Comendador Gomes/MG, 17 de março de 2026.



Andreza Ferreira Andrade
Auxiliar Administrativa
Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer